



TESOURO NACIONAL

2020

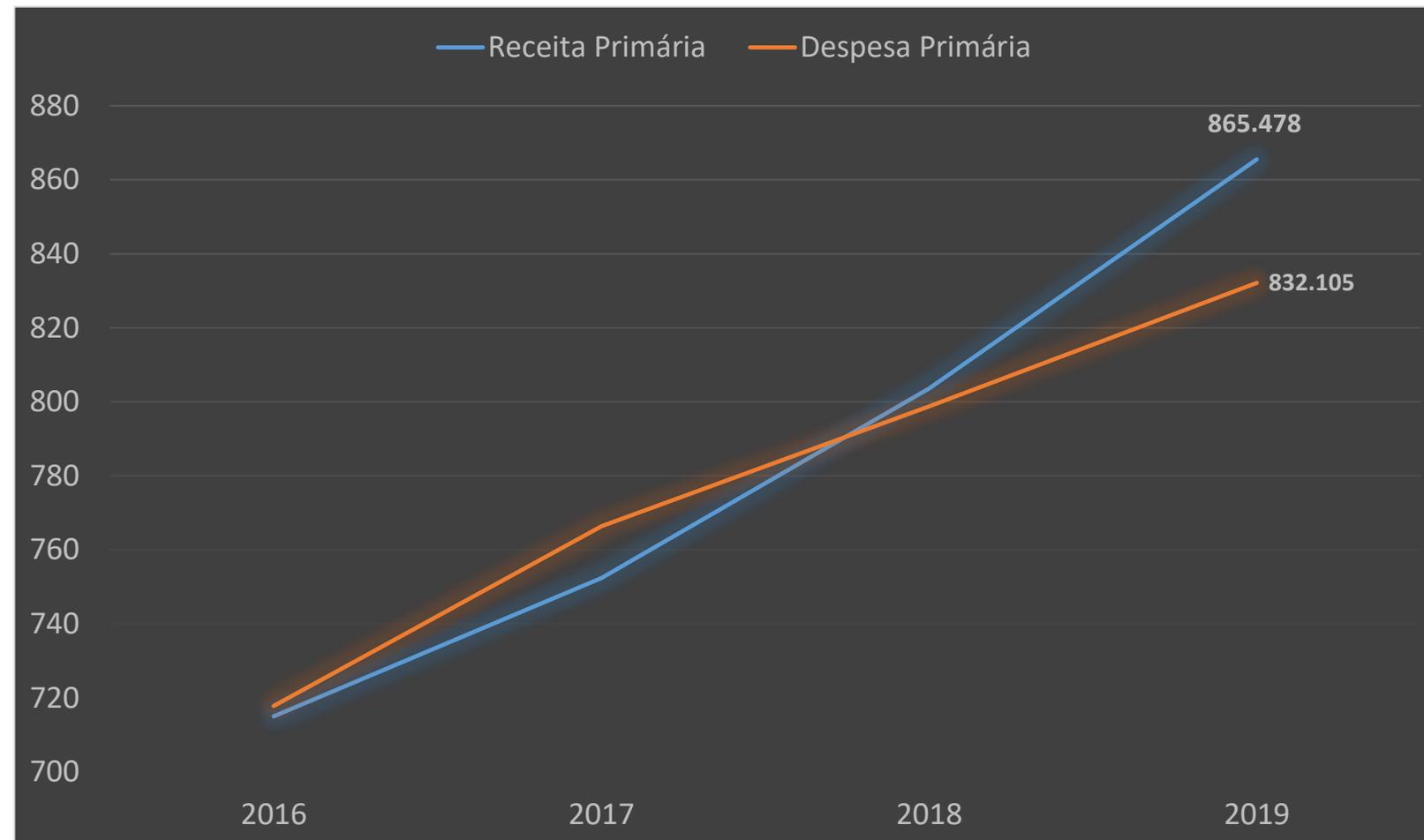
# A Crise Fiscal dos Estados

# Panorama dos Estados

## Panorama dos Estados Pré-COVID19

- Tendência de melhora do resultado primário, iniciada em 2018, acelerou em 2019

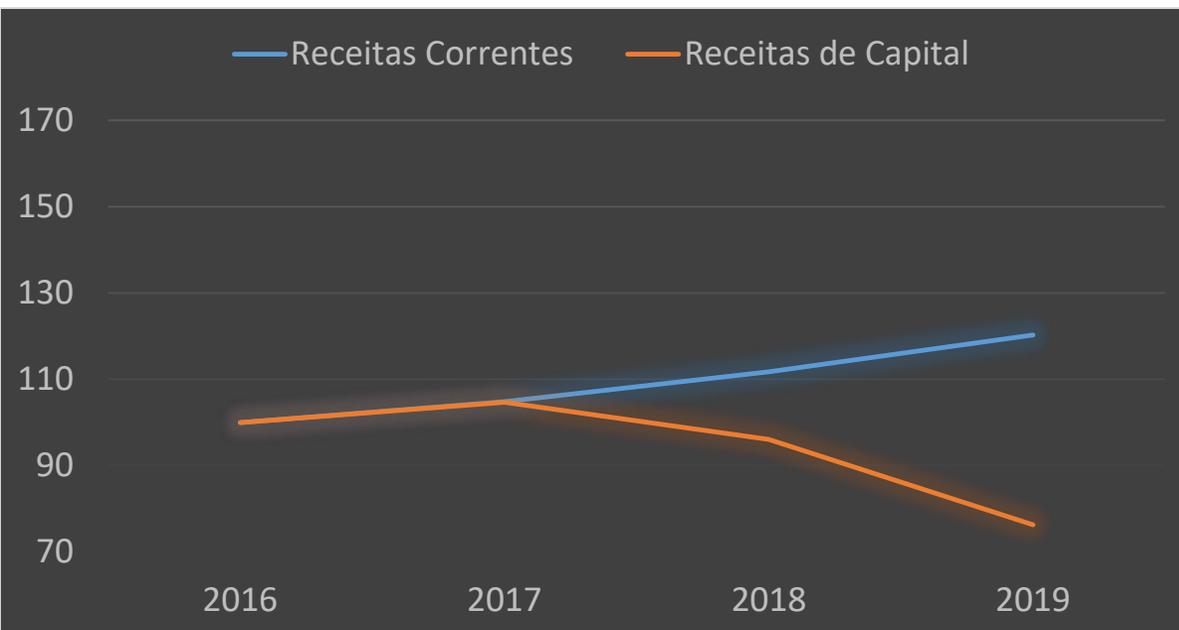
Receitas e despesas primárias agregadas dos Estados (*dados em R\$ milhões*)



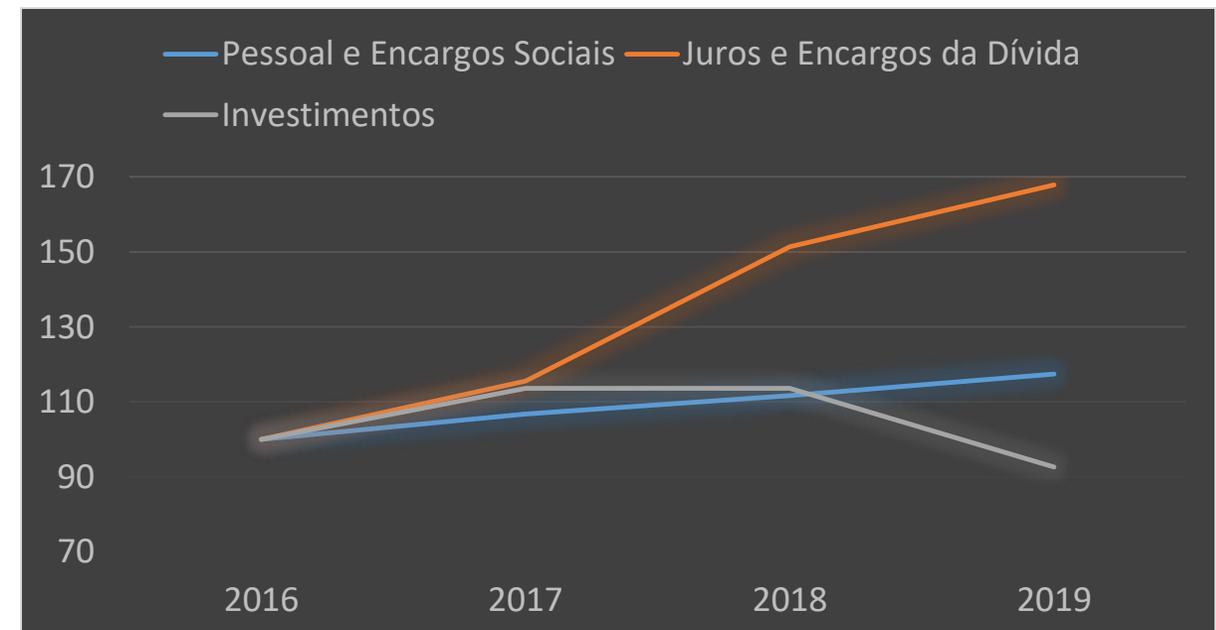
## Composição das Receitas e Despesas dos Estados

- Receitas correntes puxaram o aumento de receitas primárias

Valores agregados dos Estados (*base 100 em 2016*)

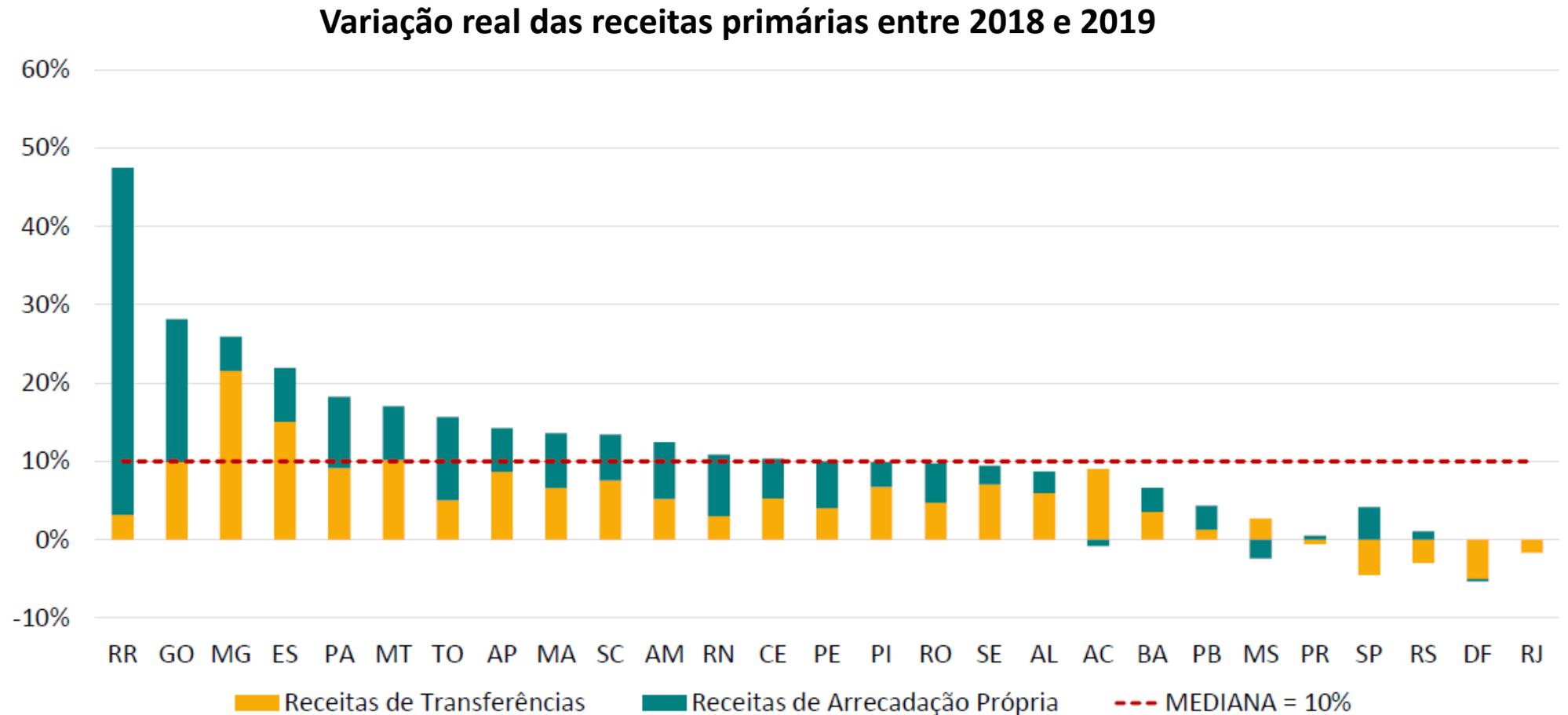


- Apesar da inflexão, composição da melhora das despesas ainda é preocupante
  - Queda dos investimentos
  - Aumento de despesa com pessoal
  - Aumento de despesa com juros



# Receitas: Grande parte dos Estados melhoraram sua arrecadação, porém ainda há destaques negativos

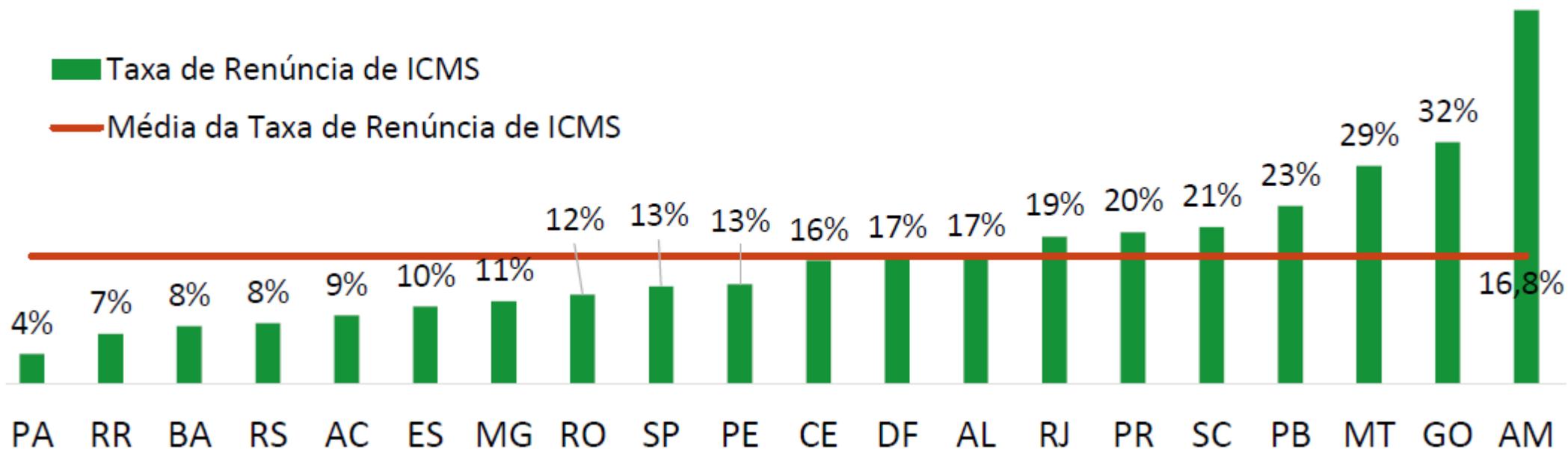
- Maior parte dos Estados conseguiu aumentar suas receitas próprias por meio de uma política fiscal mais saudável, porém há destaques negativos



# Receitas: renúncia do ICMS é expressiva em boa parte dos Estados

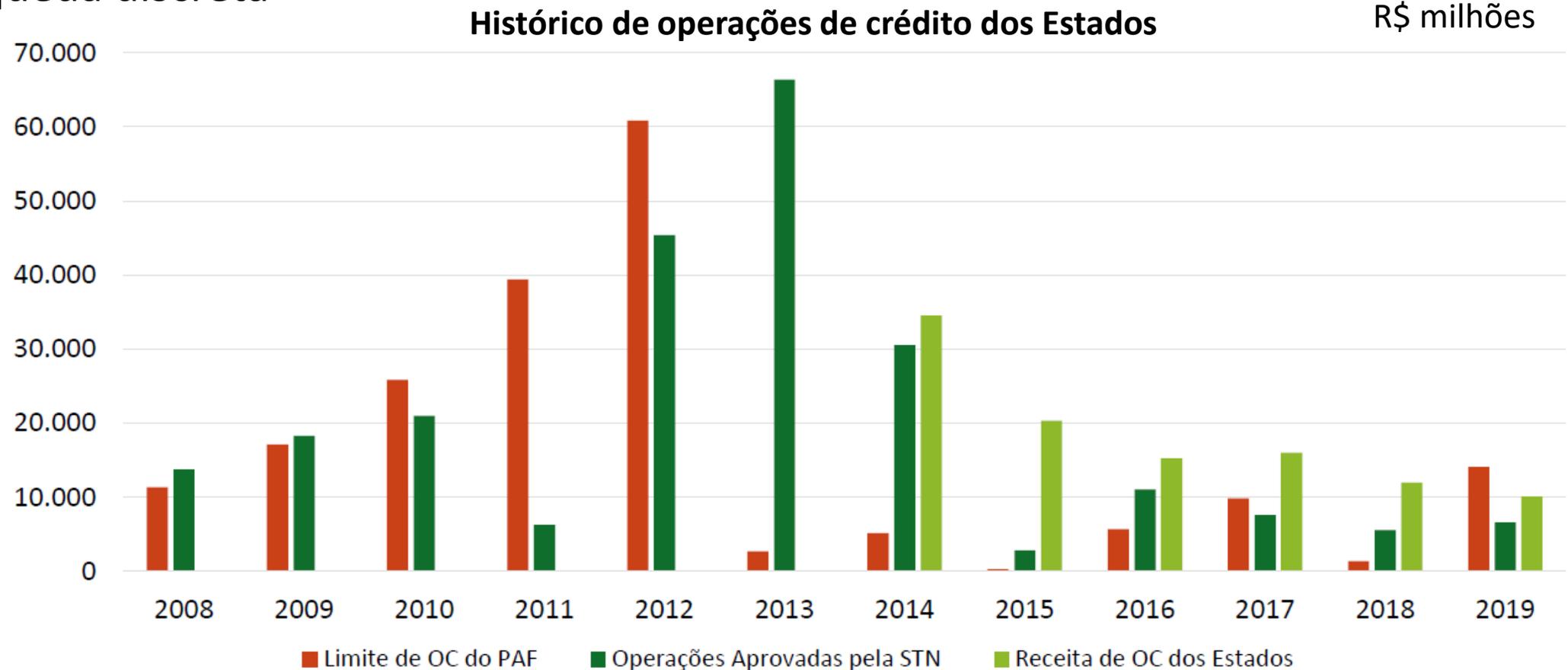
- Renúncias de ICMS atingem quase um quinto, na média, das receitas totais com o imposto

Percentual da renúncia de ICMS em 2019



## Receita de Operação de Crédito: *política de crédito mais responsável*

- Receita de operação de crédito em linha com anos anteriores e em trajetória de queda discreta
- Operações aprovadas pela STN segue próxima aos valores dos últimos 4 anos

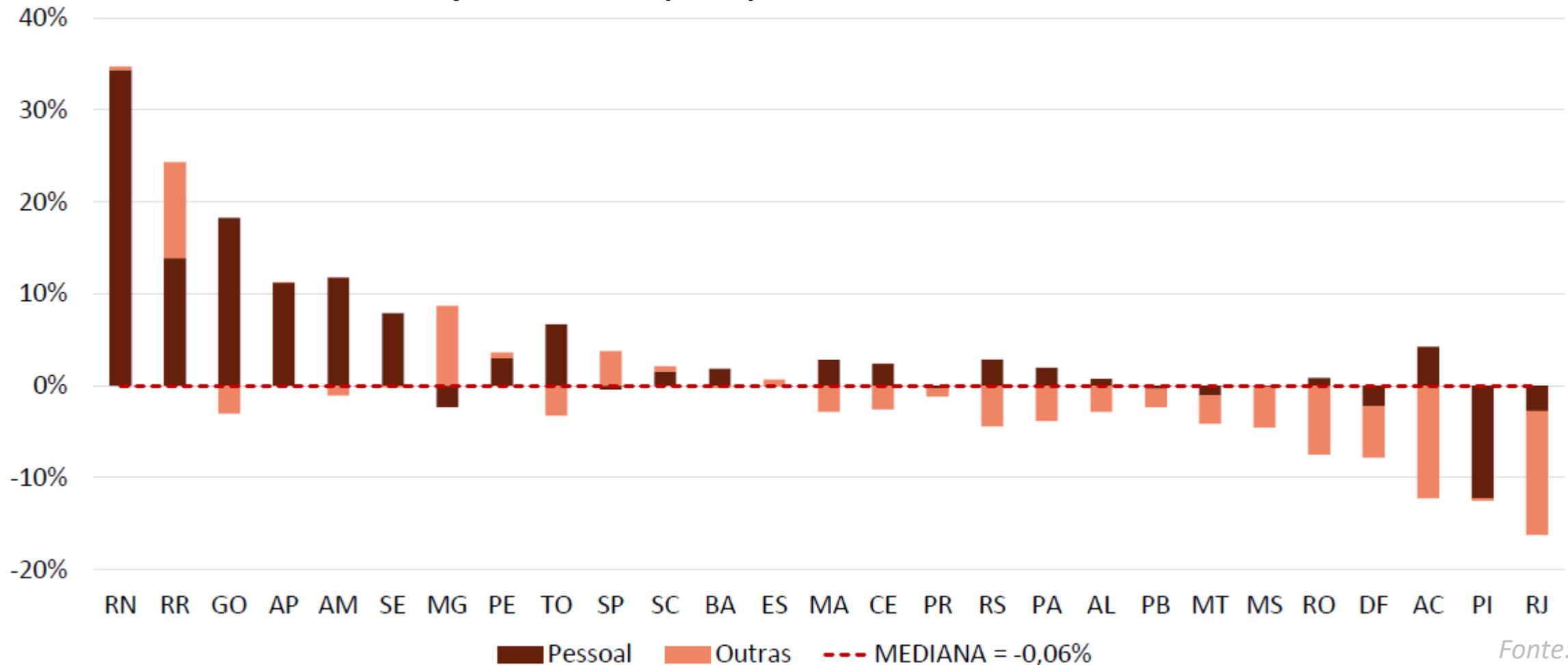


Fonte:  
Sadipem/Tesouro Nacional e Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal/Tesouro Nacional

## Despesas: grande variação dependendo do Estado

- Despesa com pessoal aumentou na maioria dos Estados em 2019

Varição real das despesas primárias entre 2018 e 2019



## Despesa com pessoal: diferenças de critérios contábeis

- Estima-se que 9 Estados descumpram o dispositivo da LRF que limita despesas com pessoal à 60% da RCL
- Com dados do SICONFI apenas 3 descumprem o mesmo dispositivo, apontando para divergências contábeis

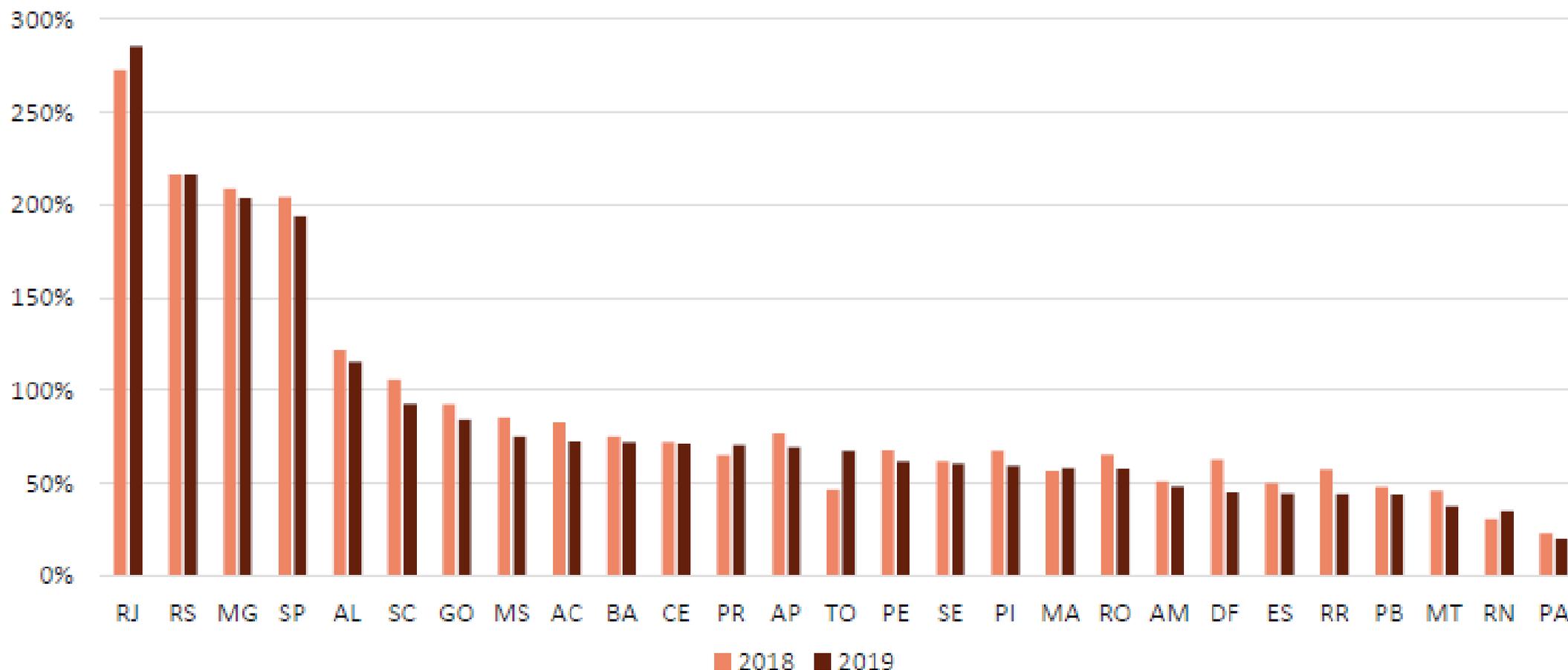
UF	PAF	RGF
AC	64%	63%
AL	57%	52%
AM	57%	58%
AP	53%	48%
BA	58%	53%
CE	55%	51%
DF	53%	46%
ES	46%	45%
GO	58%	59%
MA	55%	52%
MG <sup>1</sup>	69%	54%
MS	61%	57%
MT	63%	62%

UF	PAF	RGF
PA	54%	52%
PB	61%	58%
PE	57%	56%
PI	58%	57%
PR	60%	54%
RJ	65%	48%
RN	73%	69%
RO	51%	48%
RR	55%	55%
RS	66%	54%
SC	56%	55%
SE	58%	56%
SP	53%	53%
TO	66%	56%

## Dívida Consolidada

- Com Exceção do RJ e TO, poucos estados tiveram um aumento significativo da relação DC/RCL

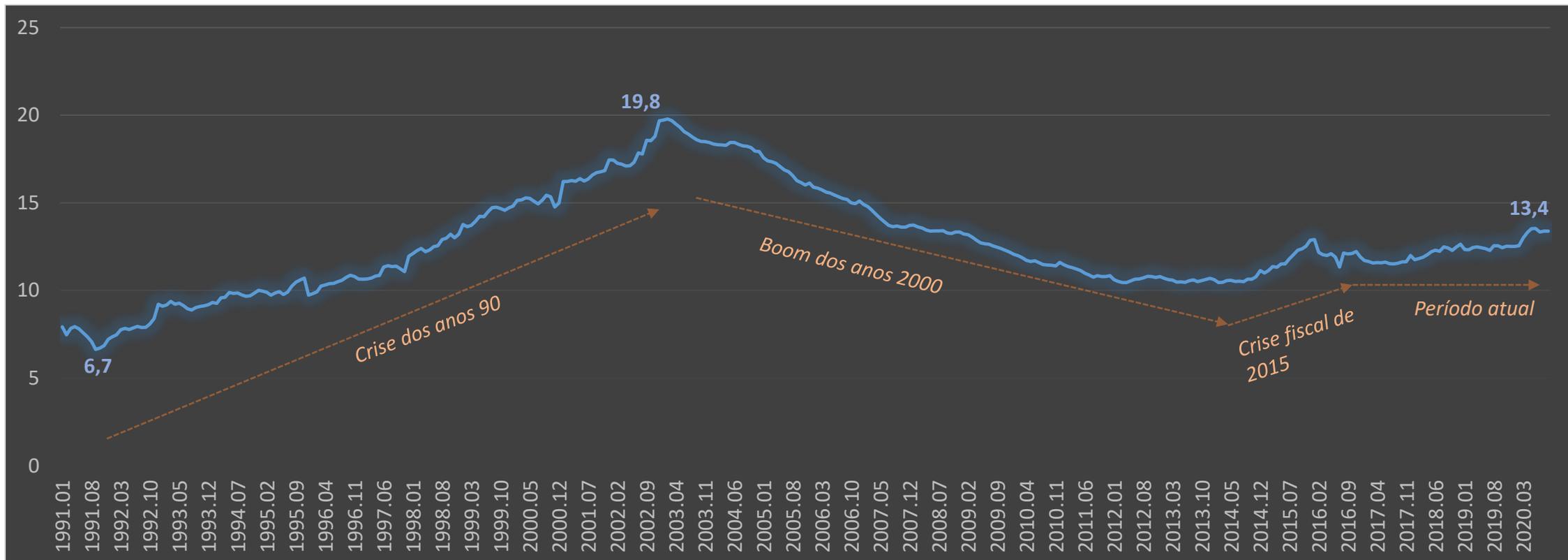
Relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida



## Dívida Consolidada – visão histórica

- Diferentemente do final dos anos 90, o endividamento dos estados, embora elevado para alguns, não é a principal causa da Crise.

Dívida líquida dos estados e municípios (% PIB)



## CAPAG: pouca variação na classificação em comparação com 2018

- Apenas um estado tornou-se inelegível em comparação com 2018
- Nenhum estado tornou-se elegível em comparação com 2018
- Isso mostra que a **melhora das contas públicas no agregado não refletiu em significativas melhoras da performance individual de muitos estados**

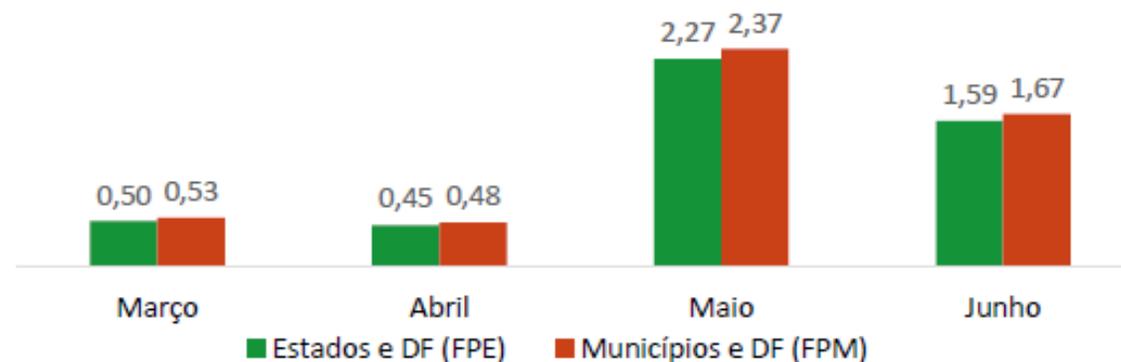
UF	CAPAG - 2018	CAPAG - 2019	CAPAG - 2020
AC	B	B	B
AL	B	B	B
AM	B	B	B
AP	B	C	Suspensa*
BA	C	C	C
CE	B	B	B
DF	C	C	C
ES	A	A	A
GO	C	C	C
MA	C	C	C
MG	n.d.	D	D
MS	C	C	C
MT	C	C	C
PA	B	B	B
PB	B	B	B
PE	C	C	C
PI	C	B	C
PR	B	B	B
RJ	D	D	D
RN	C	C	C
RO	B	B	A
RR	C	C	C
RS	D	D	D
SC	C	C	C
SE	C	C	C
SP	B	B	B
TO	C	C	C

# **Crise Fiscal e Pandemia: Impacto do COVID e Medidas de Alívio**

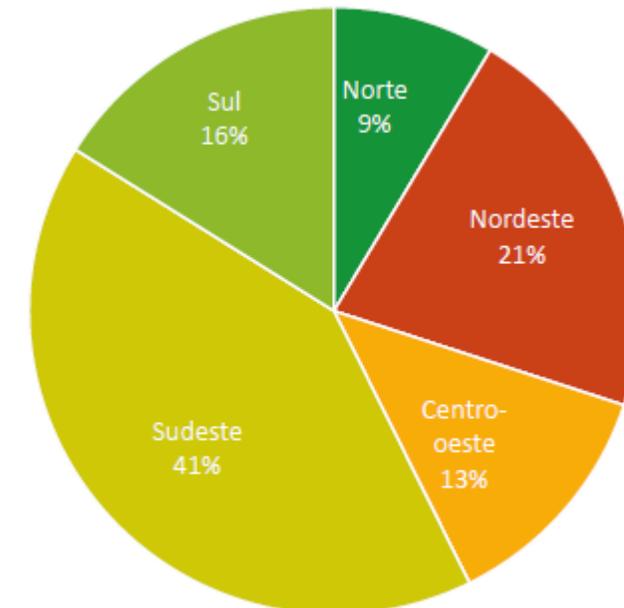
## Efeitos da Pandemia – Auxílio da União

- R\$ 50 bilhões com critérios estabelecidos pelo Congresso
- 10 bilhões com base em critérios de taxa de incidência e população
- 62% a Estados e 38% a Municípios
- Suspensão do pagamento da dívida até o final de 2020
- Incorporação de pagamentos pendentes originários de ações judiciais, abrindo espaço à regularização de cerca de R\$ 18 bilhões.
- \$ 16 bilhões para compensar perdas de arrecadação nas transferências da União nos meses de março a junho

### Auxílio Financeiro Instituído pela MP 938 (R\$ bilhões)



### Distribuição dos recursos de aplicação livre por região (LC 173 de 2020)



## Impactos do COVID-19

COVID-19 reverteu a tendência de melhora a partir de abril

Porém, dados de agosto e setembro já sinalizam uma arredação crescente em magnitude semelhante ou maior que aos meses pré-COVID

Arrecadação ICMS + IPVA -> 2020 vs. 2019

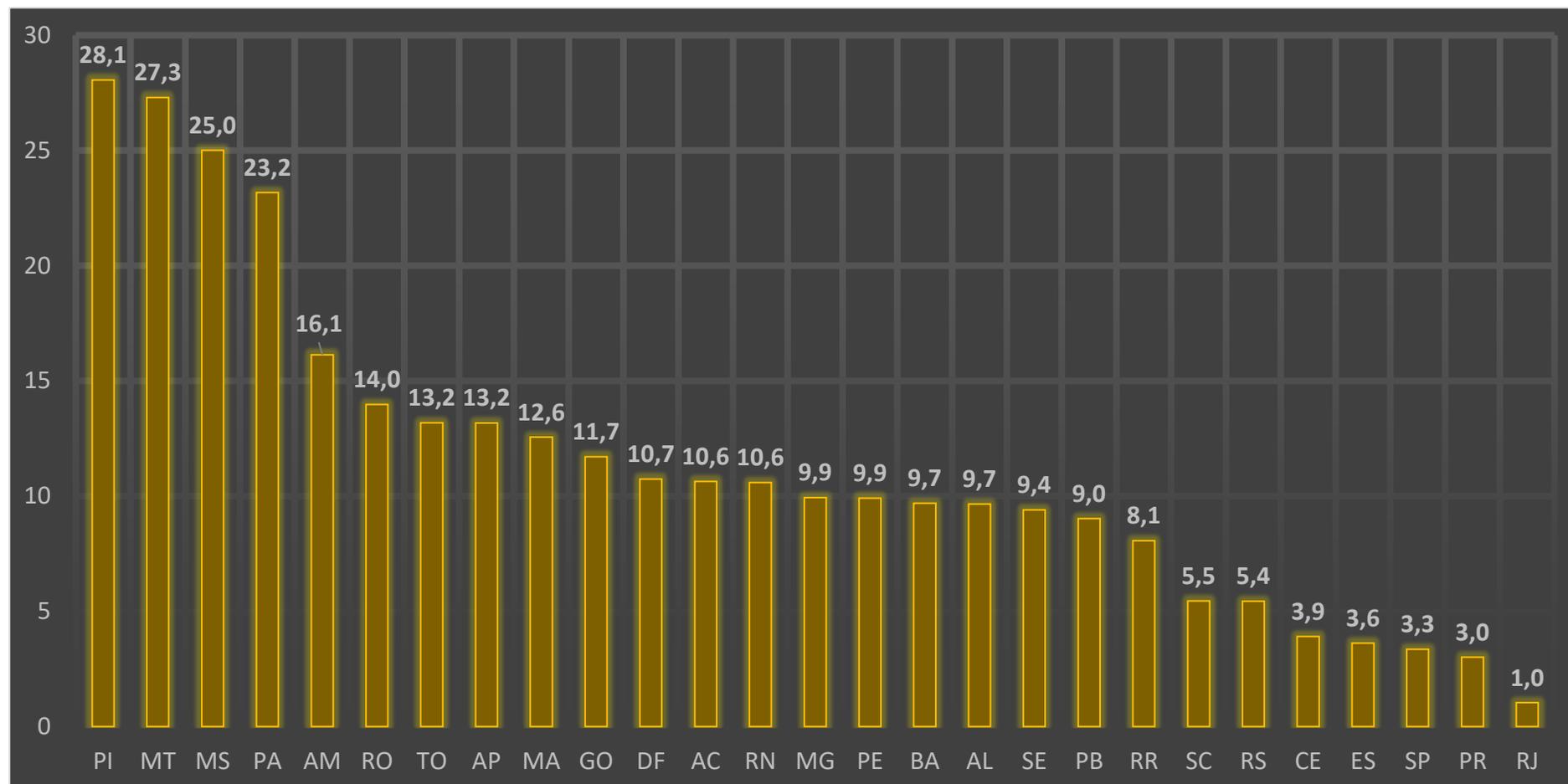


Essas evidências apontam para **eficácia do auxílio dado pelo Governo Federal**

# Receita Corrente Líquida em 2020

- Variação nominal da receita até o quarto bimestre de 2020 foi positiva para todos os Estados
- Muitos estados tiveram significativo aumento das receitas em pleno COVID-19

Variação nominal da receita corrente líquida até o 4º bimestre entre 2019 e 2020 (últimos 12 meses)



Fonte: Anexo III do RREO/SICONFI

## Caixa recorde dos entes federados em 2020

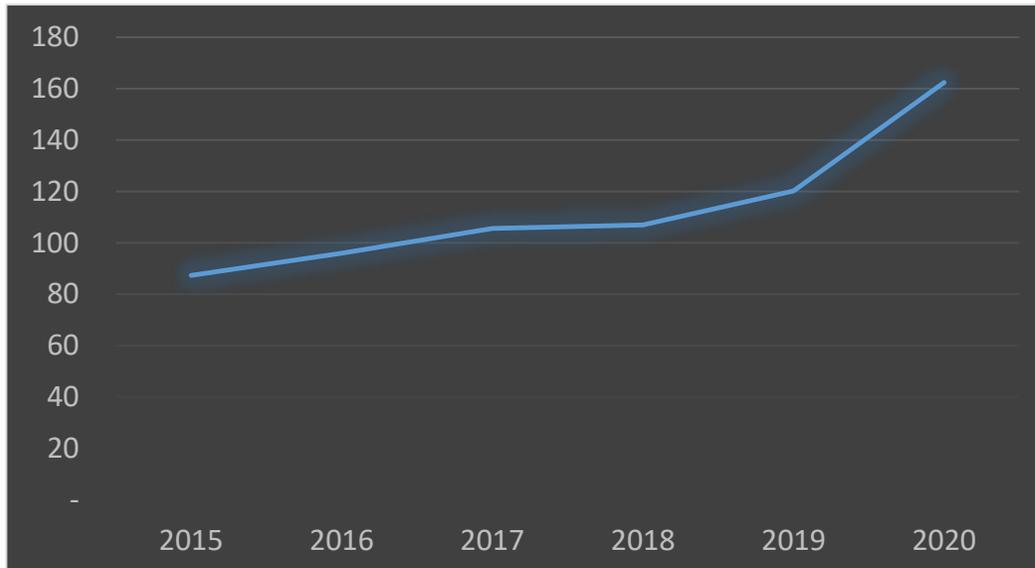
Pelo resultado primário abaixo da linha dos entes federados, nota-se uma excelente performance nos meses em que as parcelas da LC 173/2020 foi paga

**Acúmulo de caixa fora dos padrões** levanta a hipótese de que os entes e/ou:

- Não conseguiram gastar ainda o valor dos auxílios por razões burocráticas
- Não viram necessidade de gastar o auxílio neste ano

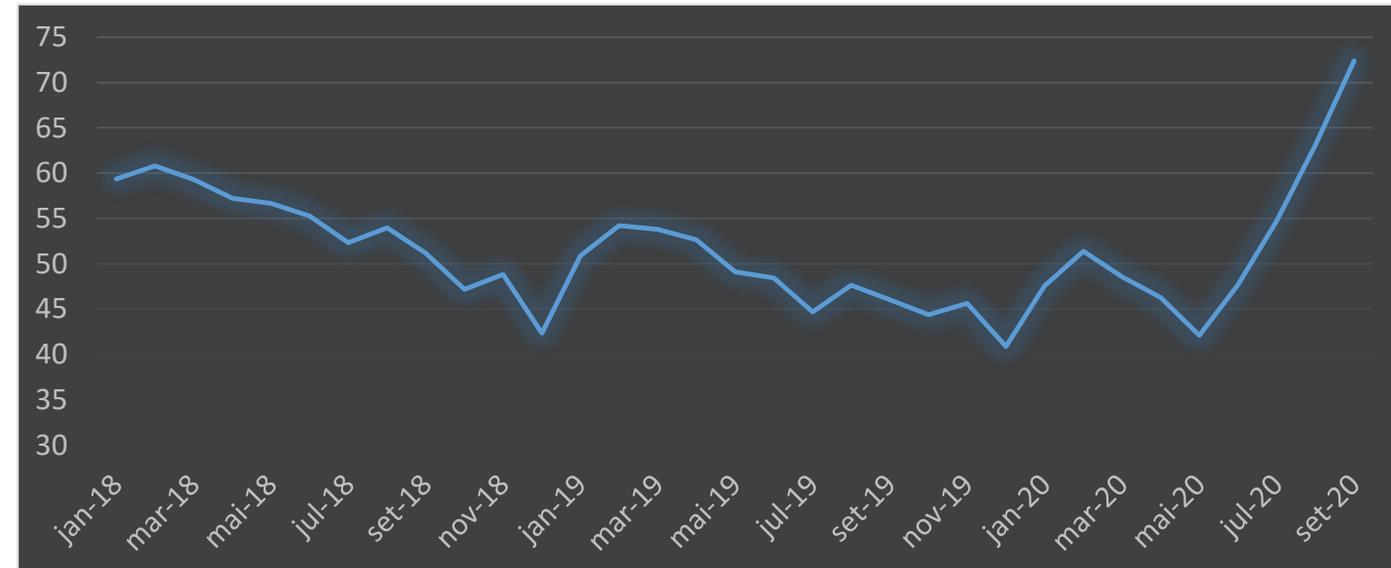
**Disp. de Caixa Bruta - Gov. Estaduais 2º quadrimestre do ano (R\$ bilhões)**

*RS não está no gráfico devido a uma mudança na metodologia feita em 2019*



Fonte: RGF/SICONFI

**Saldo de Haveres Financeiros - Gov. Estaduais (R\$ bilhões)**

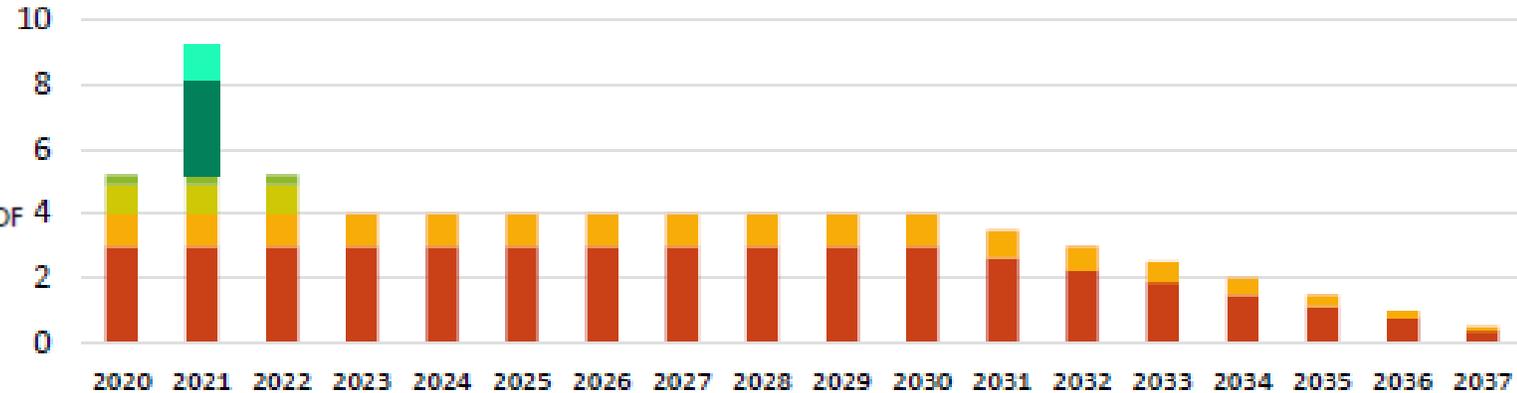


Fonte: STN com base em dados do Banco Central

# Lei Kandir: tendência de aumento das receitas de transferências para diversos entes

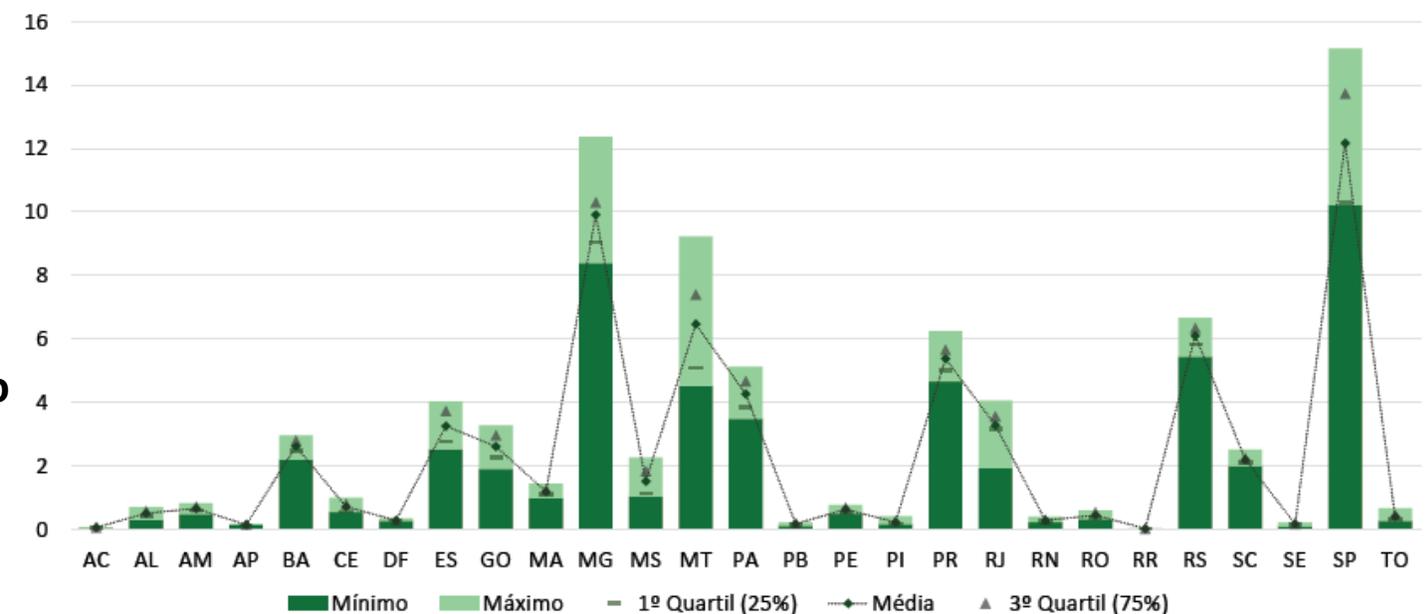
## Recursos a serem transferidos nos termos do Acordo (R\$ bilhões)

- Valores referentes aos leilões de Atapu e Sépia - Municípios e DF
- Valores referentes aos leilões de Atapu e Sépia - Estados e DF
- Valores referentes à revogação do Art. 91 do ADCT - Municípios e DF
- Valores referentes à revogação do Art. 91 do ADCT - Estados e DF
- Valores referentes ao Art. 20, §3º - Municípios e DF
- Valores referentes ao Art. 20, §3º - Estados e DF



- Transferência estimada de R\$ 58 bilhões ao longo dos próximos anos, sendo R\$ 49,2 bilhões para Estados e DF e R\$ 16,4 bilhões para Municípios

## Distribuição Estimada dos Recursos a Serem Repassados pela União aos Entes subnacionais até o exercício de 2037 (R\$ bilhões)



## Resultado da Política de Auxílio da União

---

Com os dados que se tem até o momento, considerando todos os entes federados de forma agregada, **há fortes indícios de que as ações de auxílio devem mais do que compensar os efeitos fiscais da pandemia.**

## Sumarizando...

---

Afinal, quais as causas da atual Crise Fiscal dos Estados?

1. Descompasso entre o crescimento das receitas e despesas;
2. A trajetória das despesas de pessoal ainda bastante preocupante;
3. As renúncias fiscais, embora tenham reduzido nos últimos dois anos, ainda seguem elevadas;
4. Ausência de reformas estruturais mais focadas, em especial, a reforma administrativa;
5. Embora os estados tenham feito, a reforma previdenciária, em alguns deles, esta pode ser considerada tímida.
6. Enfraquecimento da LRF: padrões contábeis adotados pelos TCE permitiram que a despesa com pessoal de alguns estados chegassem a patamares não saudáveis

**Solução:** controlar o crescimento das despesas e continuar promovendo eficiência na arrecadação – controle de gastos *versus* diferimento/alongamento de dívidas



# Obrigada

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN – Pricilla Santana